

Tribuna

da Função Pública



Boletim Nº 6 - Jan-Mar 2008

Sector da Função Pública - Direcção Regional de Lisboa do PCP



Editorial

A ofensiva aos direitos dos trabalhadores e à concepção de Estado Democrático nascido da Revolução de Abril, culmina num largo número de medidas essencialmente punitivas, que visam a *Reforma*, a *Mudança*, ou ainda, a *Reconfiguração* da Administração Pública, feita à custa dos que nada mais têm a oferecer senão a sua força de trabalho; diga-se, actualmente precário com tendência a miserável e com salários ridículos que não chegam para as despesas e sustento das famílias.

O dismantelamento de serviços e sua entrega à gestão privada de grandes grupos

económicos e financeiros, deixam à mercê os trabalhadores que deles dependem e que fugindo ao controlo do Estado, actuam segundo um regime ditatorial do grande capital, visando o lucro e enriquecimento próprio, em detrimento de condições sociais favoráveis ao trabalhador. O fosso entre os detentores do capital e os trabalhadores, principais responsáveis pela criação da riqueza dos grupos económicos, tende a aprofundar-se, aumentando as desigualdades, o desemprego e a injustiça social.

Com a desculpa de diminuição do défice e com a necessidade narcísica de mostrar uma imagem idealizada do

país perante a Europa, o governo embarca numa política de fachada, que ao mesmo tempo que pede sacrifícios aos trabalhadores, gere mal os dinheiros comunitários no que diz respeito a construção de estratégias de efectivo desenvolvimento do país e enfatiza práticas violadoras dos pressupostos da Constituição Portuguesa. São exemplos dessa prática, o ataque persistente às funções sociais do Estado, pela liquidação de direitos conquistados com a Revolução de Abril, nomeadamente na área da saúde, da educação, no acesso à cultura e segurança social.

Serviços Públicos, Emprego Estável e Justiça Social

Na entrada deste novo ano, continuamos perante uma tentativa de destruição criminosa e deliberada dos Serviços Públicos, conduzida pelo actual governo PS/ Sócrates, um contínuo ataque aos trabalhadores da Função Pública, com tendência a intensificar-se e em consequência, afectando a população em geral, que, como utente, deixa de ter acesso ao suprimento de necessidades básicas, como as da saúde, educação, segurança social, justiça, entre outros.



O modelo antidemocrático lançante, subjacente a esta reforma é bicéfalo na medida em que pretende atingir um único objectivo geral que é o do ataque e desmantelamento da Administração Pública, perpetrado por duas grandes cabeças, a da destruição dos serviços e a da destruição das funções sociais do Estado, nomeadamente através do agravamento das condições de trabalho ou despedimento dos trabalhadores, numa clara ofensiva aos seus direitos, regredindo as conquistas da Revolução de Abril, que o PCP defende com acérrima convicção.

A destruição dos serviços públicos já iniciada em larga escala, pelo seu encerramen-

to, pela fusão de alguns e extinção de outros de forma desmedida e irreflectida, sem ter em conta os direitos e as necessidades das populações e dos trabalhadores, afectam praticamente todas as áreas do quotidiano e são uma porta aberta, diga-se, dada de bandeja pelo actual governo, para a emergência de grupos privados e detentores de capital que, prometem ser uma alternativa face às carências, mas que desabrocham como soberanos do trabalho precário e dos baixos salários, cuja vista de longo alcance são os lucros extravagantes.

A reforma do Sistema Nacional de Saúde, com o encerramento de urgências hospitalares, maternidades, SAP's, serviços de saúde mental, aumento das taxas moderadoras e dos medicamentos através da redução da comparticipação do Estado, agrava o acesso aos cuidados de saúde, quer por deficiência na assistência ou falta dela, quer por dificuldades em fazer face aos valores exorbitantes que não acompanham os míseros aumentos dos salários e das pensões.

A reforma do Ensino dita que se fechem escolas, creches e jardins-de-infância, que se retirem apoios ao nível do Ensino Especial, deixando cerca de 40000 crianças num desamparo total e à mercê dos privados caso queiram progredir e possam pagar, e que se privatize o Ensino Superior, o que o torna insustentável para certas famílias e contribui para uma degradação progressiva da qualidade do ensino e a sua subsequente elitização.



A reforma da Justiça apenas serve a crescente desresponsabilização do Estado através da privatização contínua de serviços e possível encerramento de tribunais. A reforma da Segurança Interna que leva ao encerramento de esquadras, à retirada de direitos profissionais das polícias ao mesmo tempo que refina os mecanismos repressivos e persecutórios para com a população, nas acções de protesto e na violação das liberdades de organização e expressão.

A ofensiva massiva levada a cabo pelo governo relativamente aos trabalhadores da Função Pública incide essencialmente na retirada de direitos constitucionalmente consagrados, frutos de Abril.

Na senda das pretensões de combate ao défice, argumento utilizado pela política de direita para legitimar a necessidade de tomadas de posição e medidas anticonstitucionais, retiram-se direitos e acen-



tuam-se as discrepâncias entre exploradores e explorados, com francas e graves penalizações para os últimos, perpetuando a injustiça social e a desigualdade.

A redução dos salários reais e das pensões e reformas, o aumento do custo de vida, a tentativa de liberalização dos despedimentos, através do quadro de mobilidade especial que antecipa o caminho ao desemprego, o congelamento de carreiras, que supostamente deixaria de estar em vigor a partir de dia 1 de Janeiro de 2008, a concretização de sistemas de avaliação de desempenho que limitam a um *numerus clausus* a atribuição das classificações, em que apenas alguns são bafejados pela sorte do excelente, a aprovação do livro branco das relações laborais que antecede as alterações ao Código do Trabalho, ou antes, o Código da Exploração, põe em causa a contratação colectiva pelos novos mecanismos de caducidade dos contratos, o direito de organização dos trabalhadores, a liberdade sindical, que fomenta os despedimentos sem justa causa, que desregulam os horários de trabalho e que favorecem a existência de contratos precários destruindo o vínculo público, constituem o mais recente, grave e descarado ataque aos direitos e liberdades dos trabalhadores. Ora, se não forem asseguradas condições mínimas e eficazes de trabalho, a consequência mais directa é a degradação crescente na qualidade dos serviços prestados à população e da sua rapidez de resposta face aos problemas com que se defronta, logo, degradação da já enfraquecida qualidade de vida dos trabalhadores e das popula-

ções e por aí fora como bola de neve, acumulando todo o lixo que a política de direita nos obriga a mastigar, sem contudo, termos obrigatoriamente que engolir.

O movimento a que se assiste, indubitavelmente, é o incremento de grandes acções de protesto, manifestações de descontentamento por parte dos trabalhadores, com os quais o PCP está solidário, porque, é preciso defender os seus direitos e assegurar a sustentabilidade em termos de qualidade e suporte de vida. Enquanto o governo persistir em adoptar medidas agravantes da situação dos trabalhadores da Função Pública e dos trabalhadores em geral, o PCP estará presente, ao lado dos trabalhadores, reforçando e apoiando a sua luta, porque esta é a Hora da Luta, pelo emprego com direitos e contra a precariedade e o desemprego, por um sistema de saúde e educação tendencialmente gratuitos e de qualidade, por justiça social e esbatimento das desigualdades, pela Democracia e Liberdade de Abril.



ACONTECEU

Manifestação organizada pela CGTP, no dia 24 de Janeiro, como forma de protesto contra a ofensiva aos direitos dos trabalhadores.



Estafeta contra a precariedade - Lutar para garantir a Estabilidade, promovida pela Interjovem que decorreu entre os dias 16 de Janeiro e 15 de Fevereiro.

ESTAFETA CONTRA A PRECARIEDADE



AGENDA

MARÇO

1
Marcha **Liberdade e Democracia**
14h30 do Príncipe Real ao Rossio

6
Jantar comemorativo do Aniversário do PCP
19h30 CT Vitória

8
Dia Internacional da Mulher

28
Dia Internacional da Juventude

29
Jornada de **Formação Ideológica** sobre *Comuna de Paris*
CT Vitória

1 MARÇO 2008

14H30 • PRÍNCIPE REAL → ROSSIO • LISBOA

MARCHA

LIBERDADE DEMOCRACIA

Junta-te a nós!



Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados os quais nos permitirão contactar consigo.

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa

Ficha para contacto

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

www.pcp.pt • e-mail: pcp@pcp.pt